D012

XXI Encontro Distrital de Educação de Jovens e Adultos

Pedras, A4

GTPAIDF 2012



GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GTPA-FÓRUM EJA/DF

FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL



XXI ENCONTRO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS





Cenários da EJA no DF: desafios e possibilidades

- Movimento Popular
- Sindicatos
- EJA do Campo
- Professores
- PROEJA
- Universidade
- Governo
- Estudantes
- EJA EAD
- Educação nas Prisões
- ONGs

DIA 02 DE JUNHO - SÁBADO
DE 13h AS 18h - NA EAPE - 907 Sul

Organize o seu segmento e participe!!

Acesse www.forumeja.org.br/df e leia os documentos preparatórios.

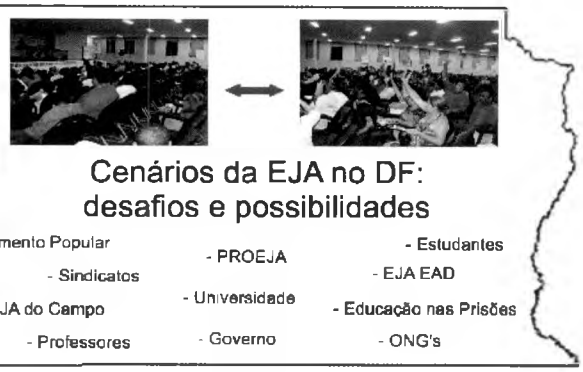
Contribua com o lanche coletivo.

GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GTPA-FÓRUM EJA/DF

FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

XXI ENCONTRO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Cenários da EJA no DF: desafios e possibilidades

- Movimento Popular
- Sindicatos
- EJA do Campo
- Professores
- PROEJA
- Universidade
- Governo
- Estudantes
- EJA EAD
- Educação nas Prisões
- ONG's

Dia 02 de junho de 2012 - Sábado
das 13h às 18h - no auditório da EAPE
Endereço: Plano Piloto - SGAS 907 CJ. A

Organize o seu segmento e participe!!

Acesse www.forumeja.org.br/df e leia os documentos preparatórios para o Encontro.

Contribua com nosso lanche coletivo!

GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GTPA-FÓRUM EJA/DF

FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

XXI ENCONTRO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Cenários da EJA no DF: desafios e possibilidades

- Movimento Popular
- Sindicatos
- EJA do Campo
- Professores
- PROEJA
- Universidade
- Governo
- Estudantes
- EJA EAD
- Educação nas Prisões
- ONG's

Dia 02 de junho de 2012 - Sábado
das 13h às 18h - no auditório da EAPE
Endereço: Plano Piloto - SGAS 907 CJ. A

Organize o seu segmento e participe!!

Acesse www.forumeja.org.br/df e leia os documentos preparatórios para o Encontro.

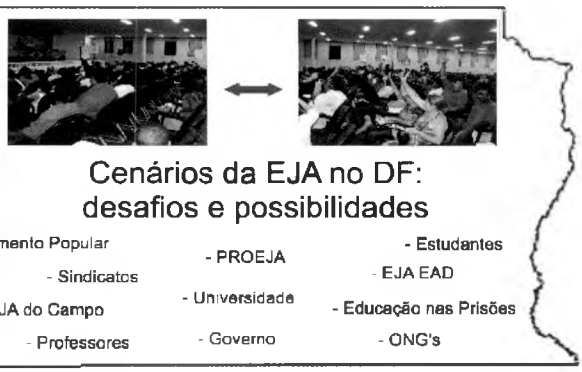
Contribua com nosso lanche coletivo!

GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GTPA-FÓRUM EJA/DF

FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

XXI ENCONTRO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Cenários da EJA no DF: desafios e possibilidades

- Movimento Popular
- Sindicatos
- EJA do Campo
- Professores
- PROEJA
- Universidade
- Governo
- Estudantes
- EJA EAD
- Educação nas Prisões
- ONG's

Dia 02 de junho de 2012 - Sábado
das 13h às 18h - no auditório da EAPE
Endereço: Plano Piloto - SGAS 907 CJ. A

Organize o seu segmento e participe!!

Acesse www.forumeja.org.br/df e leia os documentos preparatórios para o Encontro.

Contribua com nosso lanche coletivo!

GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GTPA-FÓRUM EJA/DF

FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

XXI ENCONTRO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Cenários da EJA no DF: desafios e possibilidades

- Movimento Popular
- Sindicatos
- EJA do Campo
- Professores
- PROEJA
- Universidade
- Governo
- Estudantes
- EJA EAD
- Educação nas Prisões
- ONG's

Dia 02 de junho de 2012 - Sábado
das 13h às 18h - no auditório da EAPE
Endereço: Plano Piloto - SGAS 907 CJ. A

Organize o seu segmento e participe!!

Acesse www.forumeja.org.br/df e leia os documentos preparatórios para o Encontro.

Contribua com nosso lanche coletivo!

GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GTPA-FÓRUM EJA/DF

FÓRUM DE EDUCACÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

www.forumeja.org.br/df

XXI Encontro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT) do DF

Realização: Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização - Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal (GTPA-Fórum EJA/DF)
02 de junho de 2012, no auditório da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).
Apoio: Universidade de Brasília-UnB / SINPRO-DF / SEDF.

Documento de Construção Coletiva aprovado em Plenária no XXI Encontro de EJAT do DF, em 02 de junho de 2012.

O PROBLEMA QUE NOS UNE

- 688.273 jovens e adultos trabalhadores moradores do Distrito Federal com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental (CODEPLAN/GDF, 2004).
- Segundo a publicação *Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*, divulgada pelo IBGE, em 16/11/2011, o índice de analfabetismo no Distrito Federal é de 3,5%, o que corresponde a 68.114 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever.
- Em 2000, existiam 182 escolas de EJA e, em 2010, este quantitativo foi reduzido a 110 escolas, queda de 40%. No 1º semestre de 2000, a rede pública ofertava 89.044 matrículas em EJA que, no mesmo semestre de 2010, reduziram-se a 56.477 matrículas, ou seja, uma queda de 36,6%.
- No 1º semestre de 2011, o número de matrículas ofertadas na rede pública de ensino do DF foi de 57.831. No 2º semestre, o número foi de 45.894, totalizando 103.725 matrículas no ano de 2011.
- Segundo dados preliminares do Censo Escolar de 2012, existem 307 estudantes matriculados no PROEJA, ofertado pelo Centro de Educação Profissional de Ceilândia.

Esses dados expressam uma tensão que se manifesta entre a privatização e a oferta pública em EJA, que se voltam, ora para estratégias de aligeiramento por interesses mercadológicos e, ora para a certificação cartorial, sem garantia de formação qualificada dos jovens e adultos trabalhadores do DF.

1. Definição da Educação de Jovens e Adultos - EJA como Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJAT, considerando como pressupostos:

a) O reconhecimento dos Sujeitos da EJA como TRABALHADORES, a partir de 18 anos, na cidade e no campo, inseridos nas contradições do mundo do trabalho, pela gestão coletiva do trabalho (economia solidária) ou pela competição do mercado com organização sindical, cumprindo-se o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

b) O exercício do princípio formador CRIATIVO do TRABALHO na diversidade de idade, de gênero, das relações etnicorraciais, do meio ambiente, do meio urbano, do campo, com necessidades educacionais especiais, com vulnerabilidade social e pessoal e dos sujeitos nos centros de medida socioeducativas e sistema prisional.

c) São considerados como referências fundamentais os documentos aprovados no Encontro Nacional preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), em maio de 2008; na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em abril de 2010; na Conferência de Educação Básica do DF, em setembro de 2010; o Plano Nacional de Educação (PNE); o Relatório-síntese do GTPA-Fórum EJA/DF para ao I Encontro Regional de EJA (EREJA/CO) e a Carta do I Encontro da Região Centro-Oeste de EJA (EREJA/CO) realizado em junho de 2011, em Campo Grande/MS.

d) O reconhecimento da necessidade de material didático específico da EJAT considerando o sujeito trabalhador, por exemplo, inserção dos temas: projetos sociais; economia solidária; geração de emprego e renda; qualidade de vida do trabalhador e outros.

e) A construção coletiva da política pública de Estado com o GTPA-FÓRUM EJA/DF.

f) Ampliação da proposta metodológica das palavras geradoras numa perspectiva de letramento.

2. Política de alfabetização de jovens, adultos e idosos no DF:

a) Assegurar as seguintes necessidades no Programa DF Alfabetizado:

- Pagamento da bolsa do FNDE sem atrasos;
- Complementação de R$ 400,00 para os voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras e coordenadores de turma;
- Material de consumo pedagógico (lápis, borracha, caderno, dicionário, apontador, cartolina, etc) e didático
- Alimentação, consulta oftalmológica e óculos;
- Passe livre estudantil e meia-entrada para cinema, teatro, etc;
- Acesso aos laboratórios de informática
- Atividades culturais (dança, esporte, música, teatro, artesanato, etc)
- Experiências cooperativas de geração de trabalho e renda, na perspectiva da Economia Solidária.

b) Auditoria no abcDF: O abcDF foi um programa implementado pelo GDF em 2007, vinculada à Gerência de Erradicação do Analfabetismo (extinta), fora da Secretaria de Educação do DF, que tinha por objetivo a alfabetização de 40 mil pessoas. O programa era conveniado à Alfabetização Solidária – ALFASOL, uma organização da sociedade civil de interesse público, financiado exclusivamente com os recursos do GDF. Não se tem nenhum dado concreto sobre o desempenho desse programa, de quantos estudantes foram integrados à redde e de quanto custou aos cofres públicos, por isso REITERAMOS o pedido de auditoria feito em 18 de maio de 2010, pelo GTPA Fórum EJA/DF. Devem-se acionar os mecanismos legais reguladores para, nos marcos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999 (lei das OSCIP); do Decreto-Lei 3.100, de 30 de junho 1999 e da Lei de Acesso à Informação 12.527, de 18 de novembro de 2011 para responder a sociedade e o poder público pelo uso dos recursos.
Observação: A Secretaria de Transparência e Controle do GDF iniciou a auditoria em 2011 e o processo (Nº 460.000411/2011) ainda não foi concluído.

3. Gestão Pública com Orçamento Participativo:

a) Gestão de políticas públicas com Intersetorialidade na EJAT: A gestão pública precisa resolver os problemas que impedem o acesso, a permanência e êxito do educando na escola, como os serviços públicos: energia elétrica, transporte (ampliando o horário e número de linhas), alimentação, material didático, creches nos Centro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - CEJATs, saúde do trabalhador, da mulher, ocular, bucal e auditiva, profissional da saúde nas escolas, (a exemplo, brigadistas), cultura, segurança (aumentar o policiamento – batalhão escolar), justiça, comunicação/GESAC - Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão, banda larga como serviço público gratuito, prática de esporte e outros serviços direcionados a sustentabilidade. O orçamento participativo deliberaria quais as áreas que necessitariam de políticas específicas para a EJAT.

b) Mobilizar para maior participação dos movimentos sociais e os diversos segmentos do GTPA-Fórum EJA no orçamento participativo levando as discussões e demandas da EJA.

c) Gestão da Política Educacional como Política de Estado do Sistema de Educação Nacional. O Sistema Nacional de Educação teve sua base na CONAE/2010 a qual prevê um Plano Nacional de Educação – PNE (2011-2020), com políticas nacionais para todos os estados e o DF e Plano Distrital/2013.

4. Gestão e Ampliação da EJAT no DF:

a) Criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores – CEJATs com creches e provisão de transporte, em todas as regionais de ensino, como espaços organizados para Trabalhadores Jovens e Adultos que estudam, com oferta do 1º, 2º e 3º segmentos de EJAT integrada à Educação Profissional e Tecnológica em todos os turnos, garantindo o direito à educação ao longo da vida.

b) Gestão democrática com garantia de autonomia da comunidade escolar e extinção da gestão compartilhada sem autonomia da comunidade escolar.

c) Fortalecimento dos Conselhos Escolares nos CEJATs;

d) Composição representativa dos segmentos organizados da sociedade no Conselho de Educação do DF, tendo o GTPA-Fórum EJA/DF como um dos seus membros no cumprimento da Lei de Gestão Democrática do DF.

e) Fortalecimento e ampliação descentralizada da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

f) Instância de decisão na SEDF: Coordenação de EJAT integrada à Educação Profissional e Tecnológica.

g) Ampliação da EJAT com escolas mais próximas da residência dos estudantes e uma estrutura específica para atendê-los, respeitando tempo e espaços dos estudantes, utilizando, quando for o caso, as

escolas classes e/ou outras estratégias de organizações pedagógicas do campo.

h) Proposta de estruturação da Secretaria de Educação para atendimento das demandas da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, a saber: Coordenação da EJAT; Secretaria Administrativa; Núcleos para cada segmento e Núcleo de Apoio Tecnológico.

i) Ampliação da EJAT para os três segmentos da Educação Básica nas prisões, integrando-os com a Educação Profissional, PROEJA FIC e PROEJA.

j) Ampliação da equipe de pessoal que executa o Programa DF Alfabetizado.

5. Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020)

a) Fortalecer a luta pela destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB para a educação.

6. Financiamento da EJAT:

a) Recursos financeiros para a EJAT do Fundo Constitucional do DF, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FUNDEB (com isonomia de fator 0,8 para 1,0), de todos os Programas Federais e de Emendas Parlamentares.

b) Assegurar na Lei Orçamentária/2013 a criação e manutenção de Centros de EJAT-CEJATs com Laboratórios de informática/internet, Bibliotecas, Alimentação e *lap top* para cada estudante.

c) Revitalização do Fundo de Alfabetização do DF (FUNALFA) com participação do GTPA-Fórum EJA/DF na nova composição do Conselho deliberativo do Fundo.

d) Apoio às Universidades Públicas para a pesquisa sobre o financiamento da EJAT com a finalidade de subsidiar as políticas públicas na área.

e) Montar uma matriz de projetos que privilegie a EJAT na distribuição dos recursos oriundos do pré-sal destinados à Educação, com o compromisso de tornar o Distrito federal território alfabetizado e manter a luta permanente pela universalização da alfabetização.

7. Gestão da Política Educacional como Política de Estado (Não de Governo) do Sistema de Educação Nacional:

a) A alfabetização de Jovens e Adultos Trabalhadores será considerada como o início do 1º segmento (anos iniciais do Ensino Fundamental), em cumprimento à Lei Orgânica no Art. 225 e Disposições Transitórias art.45. Como tal, os alfabetizandos serão matriculados regularmente com chamada pública com a participação da comunidade escolar e sociedade civil organizada (via rádio, TV, carro de som, cartazes e internet) e central de atendimento telefônica que garanta a continuidade dos estudos no CEJAT. Assegurando também aos educandos/alfabetizandos oriundos dos movimentos populares a continuidade no 1º segmento da EJA na rede pública de ensino, considerando a proximidade da escola com as moradias dos educandos e a acessibilidade.

b) Compreendemos que o Programa *DF Alfabetizado*, enquanto programa que atende a alfabetizandos não matriculados na rede pública de ensino, se configura como estratégia possível de ação alfabetizadora diante da atual situação de precarização da oferta de EJA. Nesse sentido, reafirmamos a proposta de extinção de qualquer programa/projeto específico da alfabetização de Jovens e Adultos, em favor do fortalecimento dessa oferta no SISTEMA PÚBLICO de ensino, garantida na estratégia de matrícula do 2º semestre /2012 com base no artigo 225 da Lei Orgânica do DF, com a contribuição dos Agentes de EJA.

c) Os movimentos populares e sindicais com a participação do GTPA-Fórum EJA/DF deverão contribuir no planejamento, acompanhamento das ações e avaliação do *DF Alfabetizado*, bem como na mobilização dos alfabetizandos, mobilização e formação de educadores - estudantes de ensino médio e a realização de turmas de alfabetização em caráter suplementar ao poder público.

d) Integração da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica (Formação Inicial e Continuada – FIC e TÉCNICA), a partir das experiências no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em cumprimento às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica, e da Economia Solidária. Fortalecimento e ampliação dos Centros de Educação Profissional (CEP) e da parceria com Instituto Federal de Brasília (IFB).

e) Integração da EJAT com a Educação Inclusiva, Educação do Campo (PRONERA), Educação Bilíngue para Surdos (Libras e Língua Portuguesa), Educação nas Prisões e nas unidades de Medidas Socioeducativas.

8. Estrutura curricular (Currículo integrado)

a) Construção coletiva do currículo de EJAT com participação de todos os segmentos da comunidade escolar, endossada pela proposta político pedagógica das instituições educacionais, concomitante à Formação de Professores, Orientadores Educacionais, Movimentos Populares, ONG e Fundações, SEDF-CEJAd e Escola de Aperfeiçoamento - EAPE, inclusive em cursos de extensão da UnB, com a participação efetiva dos estudantes da EJAT, com base na prática educativa de cada CEJAT, incluindo a possibilidade

de Educação a distância em cumprimento à Resolução Nº3/2010 do Conselho Nacional de Educação-CNE;

b) ,Expansão do PROEJA-Transiarte, atualmente em prática no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia e na Escola Técnica de Ceilândia em parceria com a Faculdade de Educação da UnB. (www.proejatransiarte.ifg.edu.br) para todo o DF.

c) Currículo adaptado ao tempo e espaço dos estudantes da EJAT com oferta de cursos presencial, semipresencial e a distância.

9. Produção de conhecimento e Formação continuada de Professores, Orientadores Educacionais, Gestores, Auxiliares de Educação, Técnicos de EJAT:

a) Constituição da Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade – CTARD com oferta de Programa de Formação Continuada dos Professores e Orientadores Educacionais da EJAT, a partir de Núcleos Temáticos Diversos gerados pela implementação dos 89 (oitenta e nove) Projetos de Intervenção Local - PIL propostos pelos concluintes do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na EJA - FE/UnB 2009/2010 e dos Projetos Interventivos - PI pelos concluintes dos Cursos em EJA da EAPE. Garantia de acesso aos educadores populares ao aprofundamento (educação continuada) para o aperfeiçoamento de sua prática.

b) Construção e implementação da Proposta de Mestrado coletivo em EJAT com a metodologia da pesquisa-ação pela EAPE, em parceria com a Faculdade de Educação da UnB e Instituto Federal de Educação Tecnológica de Brasília.

c) EAPE: Implementação da Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade - CTARD com fortalecimento do Núcleo EJAT de pesquisa e formação continuada, direcionada à diversidade de sujeitos da EJAT e igualdade de direitos em parceria com a FE/UnB;

d) Promover a pesquisa no âmbito da Educação Básica em parceria com SEEDF, EAPE, UnB e outras IES com vistas à promoção de cursos de formação continuada.

e) Participação das Universidades na formação continuada dos voluntários do Programa DF Alfabetizado.

10. Política Adequada de Lotação de Professores e Orientadores Educacionais nos CEJATs, Priorizando Aqueles com Formação Específica e/ou Experiência Comprovada em EJAT:

a) Qualificação dos professores: experiência e formação específica para a EJAT.

b) Horário disponível para reforço escolar (tirar dúvidas).

c) Participação efetiva da comunidade escolar da EJAT no conselho de classe, no sentido de avaliar o processo de ensino/aprendizagem.

11. Apoio didático à EJAT com produção de impressos, áudio, audiovisual em ambiente CTARD inclusive em ambiente virtual, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública, de graduação e de cursos de pós-graduação do DF. Apoio à formação continuada de professores e orientadores educacionais:

a) Edição de livros com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais e estudantes da rede pública, de graduação e de cursos de pós-graduação em EJAT. Utilização da gráfica pública da SEDF/GDF.

b) Produção de programas para rádio do governo federal, estadual e municipal, comunitário, com horário acessível aos alunos, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública e demais sujeitos que compõem os diversos segmentos da comunidade escolar.

c) Produção de programas para o Canal Educação com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais e estudantes da rede pública de EJAT, de graduação e de cursos de pós-graduação.

d) Produção de vídeos com autoria coletiva de professores e estudantes da rede pública de EJAT e demais sujeitos que compõem os diversos segmentos da comunidade escolar.

e) Criação de suporte técnico para a produção de objetos educacionais multimídia com apoio das Escolas Técnicas.

f) Criação de Portal da Educação da SEDF, como CTARD, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública, de graduação e de cursos de pós-graduação e demais sujeitos que compõem os diversos segmentos da comunidade escolar.

g) Produção de material didático para EJAT com autoria de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública, de graduação e de cursos de pós-graduação e produção/edição em gráfica pública da SEDF.

h) O reconhecimento da necessidade de material didático específico da EJAT considerando o sujeito trabalhador, por exemplo, com a inserção dos temas E projetos sociais, economia solidária, geração de trabalho e renda.

12. Portal dos Fóruns de EJA do Brasil:
Participação de cada segmento e cidade na administração do espaço no Portal do Fórum EJA/DF.

13. Legislação em EJAT:
a) Revisão da legislação do DF acompanhando a revisão da legislação federal (Lei das Diretrizes Básicas - LDB, PNE e DIRETRIZES CURRICULARES de EJA, EM, EPT, Educação nas prisões) sobre EJAT.

14. Certificação como direito dos trabalhadores estudantes após seu processo formativo ou complementar:
a) A Certificação entendida como consequência do processo formativo requer um posicionamento sobre a continuidade do ENCCEJA na EJAT, assim como, um posicionamento sobre o ENEM. Atualmente o Exame Nacional para a Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos – ENCCEJA é uma avaliação de larga escala que certifica o 2º segmento e o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM certifica o 3º segmento. O DF utiliza as avaliações de larga escala nacionais, pois não tem exames próprios para a certificação em EJAT.
b) Implantar criteriosamente a Rede Certific, programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, a fim de auxiliar na certificação daqueles que já têm a prática de suas profissões.
c) Valorização da certificação emitida pelas escolas de EJAT devido à discriminação que esses diplomas têm tido atualmente no mercado de trabalho.

15. Calendário escolar:
Assegurar o calendário escolar semestral para a modalidade de EJAT que atenda às especificidades do sistema prisional, medidas socioeducativas e as demais escolas.

16. Lei de responsabilidade Educacional:
Este Fórum defende a Lei de Responsabilidade Educacional (LRF), que foi uma das deliberações aprovadas na plenária final da Conferência Nacional de Educação (CONAE). O Plano Nacional de Educação também destacou a necessidade desta lei e que gere responsabilidades e até punições para quem não cumprir seus compromissos, que seja penalizado assim como ocorre na LRF. Esse é um ponto fundamental para que os governantes se dediquem especialmente, de modo a tornar a educação prioridade de fato e de direito.
Segundo ainda as resoluções da CONAE, também devem ser alteradas as disposições da LRF retirando as despesas com recursos humanos pagas com dotações financeiras advindas do FUNDEB do somatório total gasto com pessoal. Com isso, não fica comprometido o limite máximo da receita corrente líquida que devem ser investidos em pessoal pela LRF. Outro ponto importante é constituir as secretarias de educação como unidades orçamentárias, em conformidade com o artigo 69 da LDB.
Neste sentido, defendemos a criação da LRE, para comprometer os governos com o ensino público tendo como exemplo a LRF, onde governantes são punidos até mesmo com cadeia e inelegibilidade quando não cumprirem as metas fiscais.

Recomendações:
a) Os recursos da União possam ser transferidos por convênios aos Estados, Distrito Federal e Municípios e por descentralização para Universidades respeitando o instrumento de concurso público de projetos na execução da atividade fim – alfabetização e EJAT, de forma que não exclua os movimentos populares, OnGs e Projetos Sociais.
b) Os diversos segmentos do GTPA-FÓRUM EJA/DF deverão apresentar os seus Planos de Ação (compromissos e propostas) para o fortalecimento da EJAT no DF.

Brasília, 02 de junho de 2012.

Maria Madalena Torres
Representante da coordenação colegiada do GTPA-Fórum EJA/DF

Coordenação Colegiada do GTPA-Fórum EJA/DF
Representante: Maria Madalena Torres

SEGMENTOS	ENTIDADE/REPRESENTANTE	
Movimento Popular	**CEPAFRE - Centro de Educação Paulo Freire** - Maria Madalena Torres - Kelly Cristina G. Gregório	**MECE - Movimento de Educação e Cultura da Estrutural** - Maria Abadia Teixeira de Jesus - Deuzani Cândido Noleto
	CEDEP - Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - Maria de Lourdes P. dos Santos - Eva Lopes Sampaio	**CAREMAS - Centro de Alfabetização do Recanto das Emas** - Rosenaide Bernardino - Maria do Socorro Pinheiro Cardoso
	CEPACS - Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho - Francijairo Ananias da Silva - José da Silva Ramos	**Prá Lapidar/Casa de Paulo Freire** - Elias Silva Araujo - Maria Onézia Alves do Nascimento
Movimentos do Campo	**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** a indicar	
Fóruns	**Fórum de Economia Solidária do DF** a indicar **Consulta Popular** a indicar	
ONG/Fundações	**Fundação do Banco do Brasil** a indicar	
Sindicatos	**SINPRO/DF – Sindicato dos Professores do DF** - Cláudio Antunes Correia - Elaine Amancio Ribeiro	
Educandos	- Rosa Maria da Silva Sena Santos	
Educadores	**Professores da Educação Básica** - Marcos Alves Pires (2º e 3º segmento) - Delzair Amancio da Silva (Educação nas prisões) - Adriana Pires Correa (Educação nas prisões) - Michelângelo Heberval B. Lima (Educação Profissional) - Manoel Jevan Gomes Olinda (Educação Profissional)	
	Orientadores Educacionais a indicar	
Universidade Professores	**Universidade de Brasília - UnB** - Maria Luiza Pinho Pereira - Renato Hilário dos Reis	
Universidade Estudantes	**Universidade de Brasília - UnB** - Gabriela Dorneles de Morais - Marcela Pinheiro	
Sistema "S"	**SESC/DF** a indicar	
Governo do Distrito Federal / Gestores	**GDF/SEE/SUBEB/CEJAd** - Leila Maria de Jesus Oliveira - João Felipe de Souza - Sandra Amélia Cardoso	
Poder Legislativo Distrital	**Câmara Legislativa do DF** a indicar	
Poder Legislativo Federal	**Câmara dos Deputados** Íris Carlos Santos (Representante da Dep. Federal Érika Kokay – PT)	
	Senado Federal a indicar	